

## SEMINÁRIO - "D.H.E EDUCAÇÃO LIBERTADORA"

PAULO FREIRE

São Paulo, 1989.

Quando entrei, creio que pelos fundos, e olhei e tentei ver este salão na sua totalidade, cheio, repleto, quase dei graças a Deus quando me disseram para ir até a sala dos professores, e talvez ficar dez, quinze minutos, enquanto possivelmente chegasse mais gente. E eu, que pensava em começar, achei gostoso ir até a sala dos professores e, devo dizer até pedagogicamente, sobretudo aos jovens que aqui estão, mas também aos menos jovens; devo dizer que gostei do convite, porque assim fazendo, aproveitei para me recompor um pouco, me refazer de um certo medo que me tomou de falar, hoje.

Falar deste medo é pedagógico, sobretudo para os jovens, porque ao explicar, talvez eu perca a humildade - é pedagógico porque os jovens precisam saber que homens mais velhos e, às vezes, mais os menos conhecidos, acostumados a falar, a escrever, a dar entrevistas, a coordenar seminários no seu país ou fora dele, também, às vezes ficam tímidos diante de um auditório.

Só que gente como eu ganhou uma certa experiência de falar, de domesticar os sentimentos de enganar o medo. Uma das táticas para enganar o medo é, exatamente, dizer que se tem medo.

Enquanto eu me refazia deste medo legítimo: eu tenho o direito, também, de ter medo, de ficar tímido, de me perguntar: será que eu posso realmente dizer alguma coisa? que valha? alguma coisa que tenha sentido? Aumentaram esse medo dizendo que a palestra vai virar livro. Uma das coisas que mais me horroriza é me ler depois que me gravam. É um trabalho de que não gosto muito, mas que precisa ser feito.

O tema é Educação e Direitos Humanos, Educação Libertadora, vou colocar questões a mim mesmo, a respeito. A primeira questão, que eu me ponho, é a de como falar sobre Educação e Direitos Humanos já nos coloca um primeiro Direito negado e negando-se que é o Direito à Educação. É a própria educação que pretendemos que se dê ao esforço de desafiar a quem proíbe que a educação se faça, é a própria educação como direito de todos, que é negada em grande parte. E esta primeira reflexão, me leva imediatamente a constatar outra obviedade que é exatamente a natureza política que a educação tem, isto é, constatar a absoluta impossibilidade de termos um processo educativo que

esteja dirigido ao bem estar da humanidade, por exemplo. E, ao dizer isso, eu me lembro de minha juventude, de algumas leituras de livros ingênuos de filosofia da educação, que tentavam explicar ou definir a educação como sendo um esforço a serviço da humanidade ou do bem estar da humanidade. Isso na verdade não ocorre e não existe.

A impossibilidade da neutralidade da educação que resulta desta qualidade que a educação tem de ser política, não necessariamente partidária, obviamente, mas a qualidade que a educação tem de ser política. Esta politicidade da educação vem à tona no momento mesmo em que pensamos em torno de Educação e Direitos Humanos. Não precisamos nem sequer tentar definir o que entendemos por Direitos Humanos, mas no momento mesmo em que pensamos em Educação e Direitos Humanos, direitos básicos como, por exemplo, o direito de comer, o direito de vestir, o direito de dormir, o direito de ter um travesseiro e a noite colocar a cabeça nele, pois este é um dos direitos centrais do chamado bicho gente, é o direito de repousar, pensar, se perguntar, caminhar; o direito da solidão, o direito da comunhão, o direito de estar com, o direito de estar contra; o direito de brigar, falar, ler, escrever; o direito de sonhar, o direito de amar. Eu acho que estes são direitos fundamentais, por isso mesmo comecei pelo direito de comer, de vestir, de estar vivo, o direito de decidir, o direito ao trabalho, de ser respeitado, quando a gente pensa e percebe e constata a politicidade da educação, esta coisa que inviabiliza a educação enquanto prática neutra. Essa coisa que exige, que demanda do educador, não importa que ele seja um professor de direito penal ou que ele seja uma professora da pré-escola. Não importa que seja um professor da pós-graduação da filosofia da educação ou uma professora de biologia, ou matemática, ou física.

A politicidade da educação demanda veementemente do professor e da professora que se assuma como político, que se descubra no mundo como um político e não como um puro técnico ou um sábio, porque também o técnico e o sábio são substantivamente políticos. A politicidade da educação exige que o professor se saiba, em termos ou a nível objetivo, a nível da sua prática, se saiba a favor de alguém ou contra alguém, a favor de algum sonho e, portanto, contra um certo esquema de sociedade, um certo projeto de sociedade. Por isso então que a natureza política da educação exige do educador que se perceba na prática objetiva como participante a favor ou contra alguém ou alguma coisa, a politicidade exige do educador que seja coerente com esta opção.

Neste sentido, o professor tem o direito de ser reacionário porque pode ter a sua opção em torno da estabilização do status quo. O professor reacionário está absolutamente convencido de que as coisas como andam por aí

estão ótimas. Mas evidentemente que estão ótimas, eu concordo, para um certo tipo de gente, inclusive para este professor hipotético de que eu falo agora. Felizmente, a maioria dos professores brasileiros está noutra onda. Mas o professor reacionário tem que ser coerente com a sua opção reacionária, com a sua postura ideológica, então obviamente que, a este professor ou a esta professora, a frase Educação e Direitos Humanos soa de forma distinta a de como esta mesma frase soa a mim. Para o professor reacionário, a Educação e os Direitos Humanos têm a ver com a educação da classe dominante, lutando para preservar as condições materiais da sociedade que aí está, para que a classe dominante, reproduzindo a sua ideologia e o seu poder através da educação, preserve o seu poder político e econômico no poder.

Este professor, para ser consistente na sua prática com a sua opção política, ele tem, em primeiro lugar, que ser um professor competente. Aliás, num parênteses, eu diria que possivelmente só aí podem os dois coincidir, o professor reacionário e o professor progressista, ambos têm que ser competentes, têm que ensinar realmente.

A partir daí, a maneira como ensinam já não pode ser a mesma. O que nos leva à questão da relação entre método, conteúdo e objetivo, que é uma discussão de natureza filosófica mas também política, fundamental, para mim, do ponto de vista da formação do educador. A inviabilidade da dicotomia entre conteúdos, métodos e objetivos, por exemplo, quer dizer o meu sonho tem que ver com o conteúdo e os métodos de tratar estes conteúdos: eu não posso tratar o mesmo conteúdo da mesma forma que um professor reacionário trata. Eu não quero dizer que para um professor reacionário de matemática, por exemplo, quatro vezes quatro seja quinze porque, num sistema decimal, é sempre dezesseis. Mas há uma série de implicações neste quatro vezes quatro, dezesseis, que tem a ver com as posturas político-ideológicas do professor, que não cabe aqui discutir.

Mas a mesma frase, a mesma temática, Educação em Direitos Humanos, soa de forma diferente, de acordo com a postura, com a compreensão política, ideológica, do professor. Dizer isso é como se eu estivesse, em certo sentido, ferindo esse sonho fantástico destes jovens intelectuais que trabalham e que lideram todo este movimento, quando se lançam numa campanha fantástica de Educação em Direitos Humanos. Não. Com o que eu digo eu não diminuo em nada a necessidade de ser posto em prática este projeto. Eu acredito, também, nele.

A única coisa que quero dizer é que haverá inteligências diferentes deste projeto, que podem ser explicadas à luz da opção política dos educadores. Enquanto

para um professor elitista, por exemplo, a Educação em Direitos Humanos tem a ver com o tratamento fidalgo do conhecimento, isto é, tratar o ato de conhecer fidalgamente, para um professor progressista a discussão sobre o ato de conhecer se apresenta como um direito dos homens e mulheres das classes populares, que vêm sendo proibidos e proibidas de exercer este direito, o direito de conhecer melhor o que já conhecem, porque praticam, e o direito de participar da produção do conhecimento que ainda não existe.

Enquanto o professor elitista orienta a educação como uma espécie de freio para as classes populares e de crescimento para os representantes da elite, um educador progressista, necessariamente, não pode caminhar assim. Portanto, a visão ou a compreensão dos direitos humanos e da educação dependem de como eu me vejo no mundo politicamente, depende de com quem eu estou, a serviço de quem e a serviço de quê eu sou um educador.

Por isso mesmo é que o problema da educação, associada ou não aos Direitos Humanos, porque ela já é em si um direito fundamental, não é uma questão que possa ser explicada burocraticamente ou pedagogicamente. A questão da educação se compreende politicamente, substantivamente. Parece-me que refletir sobre isto, desta forma, é absolutamente importante e fundamental para não cairmos em posições ingênuas que somente frustram e desanimam. Por exemplo, atribuir à educação, quer nesta campanha, quer em outra qualquer, quer em nenhuma campanha, mas atribuir à educação o poder de transformação do mundo, cedo ou tarde, leva todos e todas que engrossem estas fileiras a uma enorme frustração.

Mas, ao dizer isso, parece que preciso explicar, porque, no fundo, é um educador que está dizendo isso, como coisa óbvia para mim. Alguém poderia dizer: mas porque você continua educador se você acaba de negar a educação? Eu diria que, em primeiro lugar, não sou eu quem nega a educação, estou apenas constatando a prática educativa, historicamente, como se dá. Em segundo lugar, a negação à que a educação se expõe é a melhor forma que ela tem de se afirmar. O que é que eu quero dizer com essa contradição?

A educação não é a chave, a alavanca, o instrumento para a transformação social. Ela não o é, precisamente porque poderia ser. E é exatamente essa contradição que explicita, que ilumina, que desvela a eficácia limitada da educação. O que eu quero dizer é que a educação é limitada, a educação sofre limites. Aliás, isso não é privilégio da educação, não há prática humana que não esteja submetida a limites, que são históricos, políticos, ideológicos, culturais, econômicos, sociais, limites de competência do sujeito ou dos sujeitos, limite de sanidade

do sujeito; há limites que fazem parte da natureza da prática e há limites que estão implícitos na natureza finita dos sujeitos da prática.

É exatamente porque a educação se submete a limites que ela é eficaz. Vamos então entender esta contradição: se a educação pudesse tudo, e essa é a ingenuidade de muita gente ainda - tenho ouvido muita gente, neste país e em outros, mas sobretudo neste, que o grande problema deste país é a educação - como se a educação, a partir de cima, pudesse rearrumar a sociedade que aí está. Não sendo, é; precisamente porque não é. É porque não é, que é; porque é limitada, é eficaz

Se a educação pudesse tudo, voltando à reflexão, não havia porque falar nos limites dela, porque podia tudo. Mas constata-se, historicamente, que a educação não pode tudo. Mas se ela não pudesse nada, não havia porque falar nos limites da educação. Mas é, exatamente, porque não podendo tudo, pode alguma coisa, que neste poder alguma coisa se encontra a eficácia da educação. A questão que se coloca ao educador, é saber qual é este poder ser da educação, que é histórico, social, político.

O grande problema do educador não é discutir se a educação pode ou não pode, mas é discutir onde pode, como pode, com quem pode, quando pode, é reconhecer os limites que sua prática imponha. É perceber que o seu trabalho não é individual, é social e se dá na prática social de que ele faz parte. É reconhecer que a educação não sendo a chave, a alavanca da transformação social, é, porém, indispensável à transformação social. É reconhecer que há espaços possíveis que são políticos, há espaços institucionais e extra-institucionais a serem ocupados pelas educadoras e pelos educadores cujo sonho é transformar a realidade injusta que aí está, para que os direitos possam começar a ser conquistados e não doados.

A educação para os Direitos Humanos, na perspectiva da justiça, é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder. A questão colocada não é a de um educador que se inserisse como estímulo à tomada do poder, que parasse na tomada do poder, mas a da tomada do poder que se prolongue na reinvenção do poder tomado, o que vale dizer que essa educação tem que ver com uma compreensão diferente do desenvolvimento, que implica uma participação, cada vez maior, crescente, crítica, afetiva, dos grupos populares.

Agora, olho e vejo o meu grande amigo com quem há tanto tempo não falo e converso, Francisco Whitaker.

Lembro-me de um excelente livro dele, dos anos setenta, sobre desenvolvimento, em que ele coloca exatamente uma compreensão diferente do processo de desenvolvimento. Talvez ele critique um pouco duramente o seu próprio livro, hoje, e isso é uma coisa boa. Eu nem sempre critico os meus livros anteriores. Mas lembro-me de ter levado os manuscritos deste livro ótimo para a África, para escrever três páginas como prefácio, pois nunca escrevo mais de três. Lembro-me da alegria enorme de escrever o prefácio, de ler; eu li no avião, na viagem até a África e depois que terminei, reli o livro com o cheiro do chão da África, com o cheiro dos bichos da África, com a saudade do Brasil proibido a mim naquela época, e a África era uma espécie de memória minha, era uma espécie de presente que eu ganhava, já que os puritanos salvadores deste país, no poder, não permitiram que um pobre diabo como eu pudesse voltar aqui, ao menos para rever o chão. A África se dava a mim como uma carinhosa mulher velha que atendesse a um jovem amante. E foi lá, naquele chão gostoso de África, naquela cultura que era minha também, que eu tive a alegria de escrever três páginas de prefácio para o livro do Whitaker.

Enquanto eu falava disso aqui, deste direito de mudar o mundo, que passa pelo direito de mudar a produção, o ato produtivo, o direito de ingerir no processo da produção, o direito de dizer não, não é isso que se tem que produzir, o direito de negar a certas minorias gananciosas que produzam o que a elas lhes parece bom produzir, por isso é que a educação ligada aos Direitos Humanos, nesta perspectiva que passa pela compreensão das classes sociais, tem que ver com educação e libertação e não com liberdade apenas. Tem a ver com libertação precisamente porque não há liberdade e a libertação é exatamente a briga para restaurar ou instaurar a gostosura de ser livre que nunca finda, que nunca termina e sempre começa.

É preciso então, que nós, educadoras - quero dizer aos homens presentes que não duvidem muito da minha virilidade mas concordem com a minha postura ideológica de rejeição a uma sintaxe machista que pretende convencer as mulheres dizendo nós, os educadores, eu esteja incluindo as mulheres. Não estou. E, para provar que quando digo nós, os educadores, eu estou falando só dos homens, porque não entro nesta mentira macha, eu agora disse, de propósito, nós, educadoras, para provocar os homens. E espero que eles se sintam incorporados ao educadoras no feminino, para ver como é ruim. Quer dizer, como é ruim não ser mulher. Como é ruim a mulher ser envolvida numa mentira, numa ideologia que pretende explicar sintaticamente como se a sintaxe não tivesse nada a ver com ideologia - uma falsificação.

Voltando ao pensamento anterior, eu diria que é preciso que não nos deixemos cair, de um lado, na ingenuidade de uma educação todo-poderosa; de outro, noutra

ingenuidade, que é a de negar a potencialidade da educação. Não. A educação não podendo tudo, pode alguma coisa. Temos o dever, politicamente, de descobrir os espaços para a ação, de nos organizarmos nos espaços. Eu até uso, às vezes, uma linguagem que reconheço um pouco agressiva. Eu até diria da necessidade e da sabedoria que devemos ter para invadir os espaços.

Portanto, a perspectiva da Educação em Direitos Humanos, que defendemos, é esta, de uma sociedade menos injusta para, aos poucos, ficar mais justa. Uma sociedade reinventando-se sempre com uma nova compreensão do poder, passando por uma nova compreensão da produção. Uma sociedade em que a gente tenha gosto de viver, de sonhar, de namorar, de amar, de querer bem. Esta tem que ser uma educação corajosa, curiosa, despertadora da curiosidade, mantenedora da curiosidade, por isso mesmo uma educação que, tanto quanto possível, vai preservando a menina que você foi, sem deixar que a sua maturidade a mate.

Eu acho que uma das coisas melhores que eu tenho feito na minha vida, melhor do que os livros que eu escrevi, foi não deixar morrer o menino que eu não pude ser e o menino que eu fui, em mim. Sexagenário, vejam como essa palavra já soa mal. Eu disse de propósito para ver como a história é isso. Na minha infância eu lia um jornal: Diário de Pernambuco ou Jornal do Comércio. E saía: faleceu, ontem, o sexagenário fulano de tal, féretro não sei que... Hoje em dia, a geração jovem não conhece esta palavra. Tem que consultar o dicionário.

Mas, sexagenário, tenho sete anos; sexagenário, eu tenho quinze anos; sexagenário, amo a onda do mar, adoro ver a neve caindo, parece até alienação. Algum companheiro meu de esquerda já estará dizendo: Paulo está irremediavelmente perdido. E eu diria a meu hipotético companheiro de esquerda: eu estou achado, precisamente porque me perco olhando a neve cair. Sexagenário, eu tenho vinte e cinco anos. Sexagenário, eu amo novamente e começo a criar uma vida de novo. Depois de ter perdido uma mulher que amei estrondosamente, eu começo a amar estrondosamente de novo, sem nenhum sentido de culpa. E isso também é pedagógico. Eu quero dizer isso, eu não tinha até porque dizer, e tenho porque dizer. Eu não tinha, se o meu critério de público se dicotomizasse a minha vida privada, e eu não dicotomizo, eu sou um homem que vive privadamente, publicamente; publicamente, privadamente. Eu sou mais ou menos igual dentro de casa e nesta faculdade. É preciso que eu então diga isso. Eu tenho o dever e o direito de dizer que casei com esta mulher jovem que está aí, que também é menina e que se chama Anita. E não tive nenhum medo de amar. E não me parece que amar exija uma coragem tão grande.

Essa educação é uma educação do agora e é uma educação do amanhã. É uma educação que tem de nos por, permanentemente, perguntando-nos, refazendo-nos, indagando-nos. É uma educação que não aceita, para poder ser boa, que deva sugerir tristeza aos educandos. Eu acredito na educação séria e rigorosa que me faz contente e alegre. E descreio completamente da educação que, em nome da rigorosidade, enfeia o mundo. Não acredito, de maneira nenhuma, na relação entre seriedade e feiura. Como, por exemplo, escrever rigoroso ou rigorosamente tem que se escrever feio. Escrever o mais bonito, começam a dizer: não é científico. Eu só escrevo feio quando não posso, quando não sou competente.

Essa educação para a liberdade, essa educação ligada aos Direitos Humanos nesta perspectiva, tem que ser abrangente, totalizante, ela tem que ver com o conhecimento crítico do real e com a alegria de viver. E não apenas com a rigorosidade da análise de como a sociedade se move, se mexe, caminha, mas ela tem a ver também com a festa que é a vida mesma. Mas é preciso fazer isso de forma crítica e não de forma ingênua. Nem aceitar o todo-poderosismo ingênuo de uma educação que faz tudo, nem aceitar a negação da educação como algo que nada faz, mas assumir a educação nas suas limitações e, portanto, fazer o que é possível, historicamente, ser feito com e através, também, da educação.

Falar um pouco sobre educação e Direitos Humanos implica que quem fala deva estar também muito consciente de alguns direitos dele ou dela enquanto falante e enquanto gente. Eu agora vou usar um direito que eu tenho, pedindo desculpas, em parte a vocês, por uma questão de amorosidade minha. Só é por isso que eu peço desculpas. Vou usar o direito de terminar aqui e de não fazer uma coisa que me caracteriza, que é ficar sempre uma hora, duas, debatendo com o auditório, não importa o tamanho do auditório. Mas acontece que não posso fazer isso hoje. Eu me refiz do medo de falar, mas estou cansado, com um fim de gripe que me deixa com uma tosse terrível e, amanhã, tenho que viajar, bem cedo, para Brasília e tenho que tentar dormir um pouco, repousar um pouco de um dia pesado que tive. Então, termino aqui, agradeço enormemente a presença fantástica, bonita, carinhosa de vocês e desculpem por não entrar na conversa agora, num diálogo que gostaria de fazer. Quem sabe, pode ser que depois eu volte, outra noite.

PALESTRA DO PROFESSOR PAULO FREIRE. NO SEMINÁRIO EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

São Paulo, 1989

Quando entrei, creio que pelos fundos, e olhei e tentei ver este salão na sua totalidade, cheio, repleto, quase dei graças a Deus quando me disseram para ir até a sala dos professores, e talvez ficar dez, quinze minutos, enquanto possivelmente chegasse mais gente. E eu, que pensava em começar, achei gostoso ir até a sala dos professores e, devo dizer até pedagogicamente, sobretudo aos jovens que aqui estão, mas também aos menos jovens; devo dizer que gostei do convite, porque assim fazendo, aproveitei para me recompor um pouco, me refazer de um certo medo que me tomou de falar, hoje.

Falar deste medo é pedagógico, sobretudo para os jovens, porque ao explicar, talvez eu perca a humildade - é pedagógico porque os jovens precisam saber que homens mais velhos e, às vezes, mais os menos conhecidos, acostumados a falar, a escrever, a dar entrevistas, a coordenar seminários no seu país ou fora dele, também, às vezes ficam tímidos diante de um auditório.

Só que gente como eu ganhou uma certa experiência de falar, de domesticar os sentimentos de enganar o medo. Uma das táticas para enganar o medo é, exatamente, dizer que se tem medo.

Enquanto eu me refazia deste medo legítimo: eu tenho o direito, também, de ter medo, de ficar tímido, de me perguntar: será que eu posso realmente dizer alguma coisa? que valha? alguma coisa que tenha sentido? Aumentaram esse medo dizendo que a palestra vai virar livro. Uma das coisas que mais me horroriza é me ler depois que me gravam. É um trabalho de que não gosto muito, mas que precisa ser feito.

O tema é Educação e Direitos Humanos, Educação Libertadora, vou colocar questões a mim mesmo, a respeito. A primeira questão, que eu me ponho, é a de como falar sobre Educação e Direitos Humanos já nos coloca um primeiro Direito negado e negando-se que é o Direito à Educação. É a própria educação que pretendemos que se dê ao esforço de desafiar a quem proibe que a educação se faça, é a própria educação como direito de todos, que é negada em grande parte. E esta primeira reflexão, me leva imediatamente a constatar outra obviedade que é exatamente a natureza política que a educação tem, isto é, constatar a absoluta impossibilidade de termos um processo educativo que esteja dirigido ao bem estar da humanidade, por exemplo. E,

ao dizer isso, eu me lembro de minha juventude, de algumas leituras de livros ingênuos de filosofia da educação, que tentavam explicar ou definir a educação como sendo um esforço a serviço da humanidade ou do bem estar da humanidade. Isso na verdade não ocorre e não existe.

A impossibilidade da neutralidade da educação que resulta desta qualidade que a educação tem de ser política, não necessariamente partidária, obviamente, mas a qualidade que a educação tem de ser política. Esta politicidade da educação vem à tona no momento mesmo em que pensamos em torno de Educação e Direitos Humanos. Não precisamos nem sequer tentar definir o que entendemos por Direitos Humanos, mas no momento mesmo em que pensamos em Educação e Direitos Humanos, direitos básicos como, por exemplo, o direito de comer, o direito de vestir, o direito de dormir, o direito de ter um travesseiro e a noite colocar a cabeça nele, pois este é um dos direitos centrais do chamado bicho gente, é o direito de repousar, pensar, se perguntar, caminhar; o direito da solidão, o direito da comunhão, o direito de estar com, o direito de estar contra; o direito de brigar, falar, ler, escrever; o direito de sonhar, o direito de amar. Eu acho que estes são direitos fundamentais, por isso mesmo comecei pelo direito de comer, de vestir, de estar vivo, o direito de decidir, o direito ao trabalho, de ser respeitado, quando a gente pensa e percebe e constata a politicidade da educação, esta coisa que inviabiliza a educação enquanto prática neutra. Essa coisa que exige, que demanda do educador, não importa que ele seja um professor de direito penal ou que ele seja uma professora da pré-escola. Não importa que seja um professor da pós-graduação da filosofia da educação ou uma professora de biologia, ou matemática, ou física.

A politicidade da educação demanda veementemente do professor e da professora que se assumam como político, que se descubra no mundo como um político e não como um puro técnico ou um sábio, porque também o técnico e o sábio são substantivamente políticos. A politicidade da educação exige que o professor se saiba, em termos ou a nível objetivo, a nível da sua prática, se saiba a favor de alguém ou contra alguém, a favor de algum sonho e, portanto, contra um certo esquema de sociedade, um certo projeto de sociedade. Por isso então que a natureza política da educação exige do educador que se perceba na prática objetiva como participante a favor ou contra alguém ou alguma coisa, a politicidade exige do educador que seja coerente com esta opção.

Neste sentido, o professor tem o direito de ser reacionário porque pode ter a sua opção em torno da estabilização do status quo. O professor reacionário está absolutamente convencido de que as coisas como andam por aí estão ótimas. Mas evidentemente que estão ótimas, eu

concordo, para um certo tipo de gente, inclusive para este professor hipotético de que eu falo agora. Felizmente, a maioria dos professores brasileiros está noutra onda. Mas o professor reacionário tem que ser coerente com a sua opção reacionária, com a sua postura ideológica, então obviamente que, a este professor ou a esta professora, a frase Educação e Direitos Humanos soa de forma distinta a de como esta mesma frase soa a mim. Para o professor reacionário, a Educação e os Direitos Humanos têm a ver com a educação da classe dominante, lutando para preservar as condições materiais da sociedade que aí está, para que a classe dominante, reproduzindo a sua ideologia e o seu poder através da educação, preserve o seu poder político e econômico no poder.

Este professor, para ser consistente na sua prática com a sua opção política, ele tem, em primeiro lugar, que ser um professor competente. Aliás, num parênteses, eu diria que possivelmente só aí podem os dois coincidir, o professor reacionário e o professor progressista, ambos têm que ser competentes, têm que ensinar realmente.

A partir daí, a maneira como ensinam já não pode ser a mesma. O que nos leva à questão da relação entre método, conteúdo e objetivo, que é uma discussão de natureza filosófica mas também política, fundamental, para mim, do ponto de vista da formação do educador. A inviabilidade da dicotomia entre conteúdos, métodos e objetivos, por exemplo, quer dizer o meu sonho tem que ver com o conteúdo e os métodos de tratar estes conteúdos: eu não posso tratar o mesmo conteúdo da mesma forma que um professor reacionário trata. Eu não quero dizer que para um professor reacionário de matemática, por exemplo, quatro vezes quatro seja quinze porque, num sistema decimal, é sempre dezesseis. Mas há uma série de implicações neste quatro vezes quatro, dezesseis, que tem a ver com as posturas político-ideológicas do professor, que não cabe aqui discutir.

Mas a mesma frase, a mesma temática, Educação em Direitos Humanos, soa de forma diferente, de acordo com a postura, com a compreensão política, ideológica, do professor. Dizer isso é como se eu estivesse, em certo sentido, ferindo esse sonho fantástico destes jovens intelectuais que trabalham e que lideram todo este movimento, quando se lançam numa campanha fantástica de Educação em Direitos Humanos. Não. Com o que eu digo eu não diminuo em nada a necessidade de ser posto em prática este projeto. Eu acredito, também, nele.

A única coisa que quero dizer é que haverá inteligências diferentes deste projeto, que podem ser explicadas à luz da opção política dos educadores. Enquanto para um professor elitista, por exemplo, a Educação em

Direitos Humanos tem a ver com o tratamento fidalgo do conhecimento, isto é, tratar o ato de conhecer fidalgamente, para um professor progressista a discussão sobre o ato de conhecer se apresenta como um direito dos homens e mulheres das classes populares, que vêm sendo proibidos e proibidas de exercer este direito, o direito de conhecer melhor o que já conhecem, porque praticam, e o direito de participar da produção do conhecimento que ainda não existe.

Enquanto o professor elitista orienta a educação como uma espécie de freio para as classes populares e de crescimento para os representantes da elite, um educador progressista, necessariamente, não pode caminhar assim. Portanto, a visão ou a compreensão dos direitos humanos e da educação dependem de como eu me vejo no mundo politicamente, depende de com quem eu estou, a serviço de quem e a serviço de quê eu sou um educador.

Por isso mesmo é que o problema da educação, associada ou não aos Direitos Humanos, porque ela já é em si um direito fundamental, não é uma questão que possa ser explicada burocraticamente ou pedagogicamente. A questão da educação se compreende politicamente, substantivamente. Parece-me que refletir sobre isto, desta forma, é absolutamente importante e fundamental para não cairmos em posições ingênuas que somente frustram e desanimam. Por exemplo, atribuir à educação, quer nesta campanha, quer em outra qualquer, quer em nenhuma campanha, mas atribuir à educação o poder de transformação do mundo, cedo ou tarde, leva todos e todas que engrossem estas fileiras a uma enorme frustração.

Mas, ao dizer isso, parece que preciso explicar, porque, no fundo, é um educador que está dizendo isso, como coisa óbvia para mim. Alguém poderia dizer: mas porque você continua educador se você acaba de negar a educação? Eu diria que, em primeiro lugar, não sou eu quem nega a educação, estou apenas constatando a prática educativa, historicamente, como se dá. Em segundo lugar, a negação à que a educação se expõe é a melhor forma que ela tem de se afirmar. O que é que eu quero dizer com essa contradição?

A educação não é a chave, a alavanca, o instrumento para a transformação social. Ela não o é, precisamente porque poderia ser. E é exatamente essa contradição que explicita, que ilumina, que desvela a eficácia limitada da educação. O que eu quero dizer é que a educação é limitada, a educação sofre limites. Aliás, isso não é privilégio da educação, não há prática humana que não esteja submetida a limites, que são históricos, políticos, ideológicos, culturais, econômicos, sociais, limites de competência do sujeito ou dos sujeitos, limite de sanidade do sujeito; há limites que fazem parte da natureza da

prática e há limites que estão implícitos na natureza finita dos sujeitos da prática.

É exatamente porque a educação se submete a limites que ela é eficaz. Vamos então entender esta contradição: se a educação pudesse tudo, e essa é a ingenuidade de muita gente ainda - tenho ouvido muita gente, neste país e em outros, mas sobretudo neste, que o grande problema deste país é a educação - como se a educação, a partir de cima, pudesse rearrumar a sociedade que aí está. Não sendo, é; precisamente porque não é. É porque não é, que é; porque é limitada, é eficaz

Se a educação pudesse tudo, voltando à reflexão, não havia porque falar nos limites dela, porque podia tudo. Mas constata-se, historicamente, que a educação não pode tudo. Mas se ela não pudesse nada, não havia porque falar nos limites da educação. Mas é, exatamente, porque não podendo tudo, pode alguma coisa, que neste poder alguma coisa se encontra a eficácia da educação. A questão que se coloca ao educador, é saber qual é este poder ser da educação, que é histórico, social, político.

O grande problema do educador não é discutir se a educação pode ou não pode, mas é discutir onde pode, como pode, com quem pode, quando pode, é reconhecer os limites que sua prática imponha. É perceber que o seu trabalho não é individual, é social e se dá na prática social de que ele faz parte. É reconhecer que a educação não sendo a chave, a alavanca da transformação social, é, porém, indispensável à transformação social. É reconhecer que há espaços possíveis que são políticos, há espaços institucionais e extra-institucionais a serem ocupados pelas educadoras e pelos educadores cujo sonho é transformar a realidade injusta que aí está, para que os direitos possam começar a ser conquistados e não doados.

A educação para os Direitos Humanos, na perspectiva da justiça, é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder. A questão colocada não é a de um educador que se inserisse como estímulo à tomada do poder, que parasse na tomada do poder, mas a da tomada do poder que se prolongue na reinvenção do poder tomado, o que vale dizer que essa educação tem que ver com uma compreensão diferente do desenvolvimento, que implica uma participação, cada vez maior, crescente, crítica, afetiva, dos grupos populares.

Agora, olho e vejo o meu grande amigo com quem há tanto tempo não falo e converso, Francisco Whitaker. Lembro-me de um excelente livro dele, dos anos setenta,

sobre desenvolvimento, em que ele coloca exatamente uma compreensão diferente do processo de desenvolvimento. Talvez ele critique um pouco duramente o seu próprio livro, hoje, e isso é uma coisa boa. Eu nem sempre critico os meus livros anteriores. Mas lembro-me de ter levado os manuscritos deste livro ótimo para a África, para escrever três páginas como prefácio, pois nunca escrevo mais de três. Lembro-me da alegria enorme de escrever o prefácio, de ler; eu li no avião, na viagem até a África e depois que terminei, reli o livro com o cheiro do chão da África, com o cheiro dos bichos da África, com a saudade do Brasil proibido a mim naquela época, e a África era uma espécie de memória minha, era uma espécie de presente que eu ganhava, já que os puritanos salvadores deste país, no poder, não permitiram que um pobre diabo como eu pudesse voltar aqui, ao menos para rever o chão. A África se dava a mim como uma carinhosa mulher velha que atendesse a um jovem amante. E foi lá, naquele chão gostoso de África, naquela cultura que era minha também, que eu tive a alegria de escrever três páginas de prefácio para o livro do Whitaker.

Enquanto eu falava disso aqui, deste direito de mudar o mundo, que passa pelo direito de mudar a produção, o ato produtivo, o direito de ingerir no processo da produção, o direito de dizer não, não é isso que se tem que produzir, o direito de negar a certas minorias gananciosas que produzam o que a elas lhes parece bom produzir, por isso é que a educação ligada aos Direitos Humanos, nesta perspectiva que passa pela compreensão das classes sociais, tem a ver com educação e libertação e não com liberdade apenas. Tem a ver com libertação precisamente porque não há liberdade e a libertação é exatamente a briga para restaurar ou instaurar a gostosura de ser livre que nunca finda, que nunca termina e sempre começa.

É preciso então, que nós, educadoras - quero dizer aos homens presentes que não duvidem muito da minha virilidade mas concordem com a minha postura ideológica de rejeição a uma sintaxe machista que pretende convencer as mulheres dizendo nós, os educadores, eu esteja incluindo as mulheres. Não estou. E, para provar que quando digo nós, os educadores, eu estou falando só dos homens, porque não entro nesta mentira macha, eu agora disse, de propósito, nós, educadoras, para provocar os homens. E espero que eles se sintam incorporados ao educadoras no feminino, para ver como é ruim. Quer dizer, como é ruim não ser mulher. Como é ruim a mulher ser envolvida numa mentira, numa ideologia que pretende explicar sintaticamente como se a sintaxe não tivesse nada a ver com ideologia - uma falsificação.

Voltando ao pensamento anterior, eu diria que é preciso que não nos deixemos cair, de um lado, na ingenuidade de uma educação todo-poderosa; de outro, noutra ingenuidade, que é a de negar a potencialidade da educação.

Não. A educação não podendo tudo, pode alguma coisa. Temos o dever, politicamente, de descobrir os espaços para a ação, de nos organizarmos nos espaços. Eu até uso, às vezes, uma linguagem que reconheço um pouco agressiva. Eu até diria da necessidade e da sabedoria que devemos ter para invadir os espaços.

Portanto, a perspectiva da Educação em Direitos Humanos, que defendemos, é esta, de uma sociedade menos injusta para, aos poucos, ficar mais justa. Uma sociedade reinventando-se sempre com uma nova compreensão do poder, passando por uma nova compreensão da produção. Uma sociedade em que a gente tenha gosto de viver, de sonhar, de namorar, de amar, de querer bem. Esta tem que ser uma educação corajosa, curiosa, despertadora da curiosidade, mantenedora da curiosidade, por isso mesmo uma educação que, tanto quanto possível, vai preservando a menina que você foi, sem deixar que a sua maturidade a mate.

Eu acho que uma das coisas melhores que eu tenho feito na minha vida, melhor do que os livros que eu escrevi, foi não deixar morrer o menino que eu não pude ser e o menino que eu fui, em mim. Sexagenário, vejam como essa palavra já soa mal. Eu disse de propósito para ver como a história é isso. Na minha infância eu lia um jornal: Diário de Pernambuco ou Jornal do Comércio. E saía: faleceu, ontem, o sexagenário fulano de tal, fêretro não sei que... Hoje em dia, a geração jovem não conhece esta palavra. Tem que consultar o dicionário.

Mas, sexagenário, tenho sete anos; sexagenário, eu tenho quinze anos; sexagenário, amo a onda do mar, adoro ver a neve caindo, parece até alienação. Algum companheiro meu de esquerda já estará dizendo: Paulo está irremediavelmente perdido. E eu diria a meu hipotético companheiro de esquerda: eu estou achado, precisamente porque me perco olhando a neve cair. Sexagenário, eu tenho vinte e cinco anos. Sexagenário, eu amo novamente e começo a criar uma vida de novo. Depois de ter perdido uma mulher que amei estrondosamente, eu começo a amar estrondosamente de novo, sem nenhum sentido de culpa. E isso também é pedagógico. Eu quero dizer isso, eu não tinha até porque dizer, e tenho porque dizer. Eu não tinha, se o meu critério de público se dicotomizasse a minha vida privada, e eu não dicotomizo, eu sou um homem que vive privadamente, publicamente; publicamente, privadamente. Eu sou mais ou menos igual dentro de casa e nesta faculdade. É preciso que eu então diga isso. Eu tenho o dever e o direito de dizer que casei com esta mulher jovem que está aí, que também é menina e que se chama Anita. E não tive nenhum medo de amar. E não me parece que amar exija uma coragem tão grande.

Essa educação é uma educação do agora e é uma educação do amanhã. É uma educação que tem de nos por,

permanentemente, perguntando-nos, refazendo-nos, indagando-nos. É uma educação que não aceita, para poder ser boa, que deva sugerir tristeza aos educandos. Eu acredito na educação séria e rigorosa que me faz contente e alegre. E descreio completamente da educação que, em nome da rigorosidade, enfeia o mundo. Não acredito, de maneira nenhuma, na relação entre seriedade e feiura. Como, por exemplo, escrever rigoroso ou rigorosamente tem que se escrever feio. Escrever o mais bonito, começam a dizer: não é científico. Eu só escrevo feio quando não posso, quando não sou competente.

Essa educação para a liberdade, essa educação ligada aos Direitos Humanos nesta perspectiva, tem que ser abrangente, totalizante, ela tem que ver com o conhecimento crítico do real e com a alegria de viver. E não apenas com a rigorosidade da análise de como a sociedade se move, se mexe, caminha, mas ela tem a ver também com a festa que é a vida mesma. Mas é preciso fazer isso de forma crítica e não de forma ingênua. Nem aceitar o todo-poderosismo ingênuo de uma educação que faz tudo, nem aceitar a negação da educação como algo que nada faz, mas assumir a educação nas suas limitações e, portanto, fazer o que é possível, historicamente, ser feito com e através, também, da educação.

Falar um pouco sobre educação e Direitos Humanos implica que quem fala deva estar também muito consciente de alguns direitos dele ou dela enquanto falante e enquanto gente. Eu agora vou usar um direito que eu tenho, pedindo desculpas, em parte a vocês, por uma questão de amorosidade minha. Só é por isso que eu peço desculpas. Vou usar o direito de terminar aqui e de não fazer uma coisa que me caracteriza, que é ficar sempre uma hora, duas, debatendo com o auditório, não importa o tamanho do auditório. Mas acontece que não posso fazer isso hoje. Eu me refiz do medo de falar, mas estou cansado, com um fim de gripe que me deixa com uma tosse terrível e, amanhã, tenho que viajar, bem cedo, para Brasília e tenho que tentar dormir um pouco, repousar um pouco de um dia pesado que tive. Então, termino aqui, agradeço enormemente a presença fantástica, bonita, carinhosa de vocês e desculpem por não entrar na conversa agora, num diálogo que gostaria de fazer. Quem sabe, pode ser que depois eu volte, outra noite.